

Algazarra nas ruas: comemorações da independência na Bahia (1889-1923). Wlamyra Ribeiro de Albuquerque. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

Hendrik Kraay*

Pouco conhecido fora da Bahia, Dois de Julho (data da saída das tropas portuguesas de Salvador em 1823) é ainda hoje a maior festa cívica baiana, com caráter altamente popular em comparação aos outros feriados nacionais brasileiros. Até recentemente, não tem sido analisado por historiadores, mas a historiografia recente sobre festas coloniais tem inspirado novos estudos, inclusive este livro de Wlamyra Albuquerque, resultado de uma tese de mestrado defendida na Universidade Federal da Bahia.¹

Em pouco mais de cem páginas de texto, a autora analisa a festa e o jogo político em torno dela, sem se limitar a ela. O primeiro capítulo aborda o desencanto da elite baiana (representada pelos autores de artigos publicados na *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*) com sua cidade e sociedade, que parecia incapaz de se enquadrar no mundo “moderno,” tão almejado. A novidade neste capítulo reside não na análise dos projetos destes homens e sim na análise da sua política cultural. Desejavam o que todas as elites regionais brasileiras daquela época buscavam: imigração europeia, sanidade pública, e a construção de ruas largas e prédios modernos. Eram também “guardiães do passado glorioso” (p. 35) que cultuavam a memória dos grandes feitos baianos do século passado para possibilitar, discursivamente, uma nova era de grandeza baiana. Preocupavam-se com a imagem do estado, de uma forma explícita em 1923, quando escolheram uma Atenas para simbolizar a Bahia no monumento à Independência a ser erigido na

* Universidade de Calgary Canadá (revisão do texto de Mônica Nogueira de Sá).

¹ Além do livro aqui resenhado, deve-se mencionar mais dois estudos históricos: Hendrik 1999 e 2000; e Martinez 2000).

HISTÓRIA SOCIAL	Campinas - SP	Nº 8/9	255-259	2001/2002
-----------------	---------------	--------	---------	-----------

capital federal. Rejeitaram propostas que incluíam índios ou caboclos e nem pensavam em representar a Bahia por símbolos africanos.

No segundo capítulo, a autora deixa os salões do Instituto para analisar as diversas maneiras de festejar o Dois de Julho na Primeira República, “contrastando-as com as dos tempos do Império” (p. 56). É tarefa nada fácil, porque o Dois de Julho era um ritual complicado que misturava a seriedade de comemorações cívicas com a algazarra de festas populares e que evoluía constantemente. Solenidades oficiais em torno do monumento ao Dois de Julho, erigido em 1895 no Campo Grande, praça central de um bairro nobre, contrastavam com festas populares em outras partes da cidade. O Dois de Julho foge completamente do conhecido modelo de Roberto DaMatta de carnavais, desfiles militares e procissões religiosas, no qual desfiles militares (e festas cívicas) expressam a formalidade e a hierarquia social (p. 67).² O ponto forte deste capítulo é a descrição das diversas comemorações realizadas nas ruas, praças e bairros da cidade de Salvador, baseada nos jornais dos anos 1890 a 1923. É impossível resumi-las numa resenha curta, mas a popularidade do Dois de Julho “desagradava aos críticos” por causa da “autonomia exercida pelos populares para ressaltar ou atribuir sentidos próprios às celebrações do Dois de Julho, elaborando assim leituras alternativas de civismo” (p. 83). O ponto fraco deste capítulo é a recorrência freqüente aos cronistas da festa imperial para estabelecer um ponto de partida. Manoel Raimundo Querino e Alexandre José de Melo Moraes Filho (para citar os mais conhecidos) eram certamente grandes conhecedores da cultura popular, mas não eram observadores imparciais. Escreviam na Primeira República, quando mudanças na festa já estavam bem adiantadas, e relembavam com saudade o que eles consideravam os anos dourados da festa, provavelmente os anos 1860 e 1870 (quando ambos eram jovens). Suas obras deveriam ser consideradas textos polêmicos, produtos do processo que a autora analisa e não descrições neutras do que acontecia no final do Império.

² DaMatta 1979, cap. I. Criticar o modelo de DaMatta parece obrigatório para os estudiosos do Dois de Julho. Kraay 1999, pp. 263–264. Ver também as críticas de antropólogos: Serra 2000 e Sampaio 1988, p. 154.

No terceiro capítulo, a autora aborda a questão do significado dos caboclos para diferentes setores da sociedade baiana. Este casal de estátuas indígenas que datam da primeira metade do século XIX, eram (e são) os símbolos máximos da independência baiana. Montados em vagões antigos, eram levados pela cidade durante o festejo e ficavam expostos em coretos durante alguns dias, até ser devolvidos ao seu panteão na Lapinha por volta do dia 5 de Julho, numa festa popular. Para a elite baiana, o problema dos caboclos era seu significado na religiosidade popular e o problemático uso de um símbolo indígena numa época em que o índio cada vez mais simbolizava a barbárie, em vez do heroísmo. É de lamentar que a autora tenha poucas fontes sobre o significado dos caboclos no Candomblé e muitas sobre as críticas a estes símbolos, mas esse é um problema freqüente no estudo da cultura e da religiosidade populares. Nos anos 1910, segundo a autora, a participação dos caboclos nas comemorações tendia a diminuir e, com a reforma do pavilhão dos caboclos efetuada pelo Instituto em 1919, tentava-se a reduzi-los a peças de museu. Em vez de sair pelas ruas, os caboclos ficavam no pavilhão para ser visitados pela população.

O último (e mais curto) capítulo analisa o centenário da independência na Bahia, cuja comemoração a autora vê como uma tentativa da elite baiana de “superar uma discutível posição periférica no contexto nacional” (p. 123). Enfatizava-se a centralidade da guerra na Bahia no processo da independência para valorizar o estado, e lembrava-se os grandes feitos heróicos do século passado na esperança de um futuro melhor. Os caboclos, todavia, ficavam guardados no pavilhão e os organizadores das comemorações promoveram uma procissão em galeota da imagem do Nosso Senhor do Bonfim, símbolo tradicional religioso, mas como os caboclos, fortemente enraizado na cultura popular.

A destruição da Biblioteca Pública Baiana durante a “salvação” de 1912 foi uma grande perda para a historiografia brasileira e baiana. Sobreviveram pouquíssimos jornais anteriores àquele ano e este livro reflete a falta de fontes jornalísticas para as primeiras décadas republicanas no estado. Parece que não foi possível um estudo sistemático (ano a ano) sobre os di-

versos elementos da comemoração como, por exemplo, o lugar das imagens do caboclo e da cabocla. A autora sugere que estes símbolos, geralmente, ficaram expostos no Campo Grande, ao lado do monumento (pp. 66–67), mas em 1904 e 1915, foram exibidos no Largo Santo Antônio (pp. 67, 98), no meio de um bairro popular. A legenda da belíssima foto dos caboclos em um coreto indica que o lugar foi o Terreiro de Jesus (p. 144), praça tradicional do centro da cidade. Cada um destes três locais de exposição dos caboclos dar-lhe-ia um sentido diferente, e o livro ter-se-ia beneficiado de uma maior atenção à geografia da festa. Um mapa, aliás, teria ajudado muito os leitores que não conhecem a cidade.

Um bom livro pioneiro suscita novas perguntas e abre pistas para outros pesquisadores, e *Algazarra nas ruas* não deixa nada a desejar neste sentido. A relação entre Dois de Julho e as outras festas cívicas (15 de novembro e 7 de setembro, por exemplo) não é analisada pela autora, mas certamente traria alguns *insights* para os aspectos cívicos da festa baiana. O longo processo, começado nos anos 1870, que resultou na inauguração do monumento em 1895, merece um estudo mais profundo. Apesar do título, este livro trata de comemorações da independência na cidade de Salvador, e não no estado da Bahia. Boa parte da historiografia baiana, aliás, tem sido a historiografia da capital (e do Recôncavo). Ainda falta escrever a história do resto do estado. O livro também nos lembra que temos poucos estudos sobre a Bahia republicana (capital ou interior), tanto em comparação ao período imperial na Bahia, quanto em comparação à época republicana no Rio de Janeiro ou em São Paulo. Preencher estas lacunas é a grande tarefa para os historiadores da Bahia, aos quais Wlamyra Albuquerque fez uma contribuição valiosa.

Bibliografia

HENDRIK, Kraay. “Between Brazil and Bahia: Celebrating Dois de Julho in Nineteenth-Century Salvador”. *Journal of Latin American Studies* 32:2, pp. 255–286, May 1999.

_____. “Entre o Brasil e a Bahia: as comemorações do Dois de Julho em Salvador, século XIX”. *Afro-Asia*, Salvador, n. 23 pp. 49-87, 2000.

MARTINEZ, Socorro Targino. *Dois de Julho: a festa é história*, Salvador, Prefeitura Municipal do Salvador/ Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Fundação Gregório de Mattos, 2000.

DaMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: por uma sociologia do dilema brasileiro*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1979.

SERRA, Ordep. *Rumores de festa: o sagrado e o profano na Bahia*, Salvador, EDUFBA, 2000.

SAMPAIO, José Augusto Laranjeiras. "A festa de Dois de Julho em Salvador e o 'lugar' do índio". *Cultura* 1:1, 1988.

